

CAMPONESES DO PARAÓPEBA - DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS*

Lucia Helena de Oliveira Gerardi**

Miguel Cezar Sanchez***

Marcos Roberto Moreira Ribeiro****

Paulo Rogério Junqueira Alvim*****

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini*****

Maria Elizabeth Taitson Bueno*****

INTRODUÇÃO

A discussão da questão agrária brasileira radica na questão da distribuição da posse e uso da terra que, pelo seu desequilíbrio, resulta em desigualdades sociais e econômicas crescentes com a expansão do capitalismo no campo brasileiro.

A oposição grande — pequeno, capitalista — não (pré) capitalista tem dado oportunidade a estudos que focalizam um dos lados, com ênfase especial nos grandes empreendimentos capitalizados.

Estudos de campesinato, pequena produção, produção familiar, ou qualquer que seja o nome que se dê ao segmento do setor agrícola composto de produtores de subsistência com pequeno excedente comercializável, têm sido feitos como forma de re-

gistrar um “fenômeno em extinção”, na linha de interpretação marxista ortodoxa, ou mostrar sua funcionalidade ao grande capital como explicação para sua permanência.

Não é comum, pelo menos na bibliografia geográfica, a tentativa de entender a estrutura e funcionamento das unidades de produção familiar, segundo categorias de análise que privilegiam sua racionalidade interna e explicam sua permanência e desenvolvimento sob, no caso, o modo de produção capitalista.

Este trabalho pretende desvendar a racionalidade de um grupo de produtores familiares localizados espacialmente em três municípios do Estado de Minas Gerais (Rio Manso, Crucilândia e Bonfim — Figura 1) na tentativa de indicar as estratégias de funcionamento de sua economia e sociedade que explicam sua permanência num espaço cada vez mais valorizado pelo grande capital.

* Recebido para publicação em 03 de julho de 1989.

Esta comunicação constitui resumo de Relatório Científico realizado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

** Coordenadora, pesquisadora do CNPq; professora assistente doutora do Instituto de Geociências e Ciências Exatas — IGCE da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro — UNESP.

*** Professor assistente doutor do IGCE — UNESP.

**** Chefe do Departamento de Geografia e professor do Instituto de Geociências — IGC e da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

***** Diretor e professor do IGC e da UFMG.

***** Professoras assistentes do IGC da UFMG.

FIGURA 1
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA



Tomando por base a orientação metodológica emanada dos trabalhos de Chayanov (1974), Tepicht (1973), Shanin (1980), Chonchol (1986) e Wanderley (1985), procurou-se operacionalizar o conceito de camponês (ou produtor familiar) como maneira de reconhecer, em campo, os sujeitos de interesse para a pesquisa.

Assim, para efeitos deste trabalho, admitiu-se partir dos seguintes entendimentos (Gerardi, 1990):

1 – que camponês é o trabalhador rural que pertence a um grupo social-econômico que se caracteriza por ser uma empresa de caráter familiar, parcialmente mercantil, que representa a unidade essencial de produção e de consumo;

2 – que a empresa familiar camponesa é uma unidade econômica cuja renda é resultado do trabalho conjunto dos membros da família, no próprio estabelecimento ou fora

dele, nas atividades agrícolas ou em outras atividades (como o artesanato ou o trabalho sazonal), sendo, porém, as atividades de cultivo e criação sua principal fonte de recursos;

3 – que, ao mesmo tempo, a empresa familiar camponesa é uma unidade de consumo cujas necessidades são avaliadas no interior desta unidade, segundo critérios subjetivos, em função das quais (necessidades) é organizada a produção e a divisão do trabalho;

4 – que, dado ao fato de que na economia camponesa inexistente salário, a dimensão do valor do trabalho é dada pela satisfação das necessidades familiares que passa pela auto-exploração a que se submetem seus membros; e

5 – que, dado que na economia camponesa inexistente o objetivo explícito de lucro, inexistente ou é mínima a possibilidade de acumulação.

As informações de caráter geral, na escala municipal, foram obtidas em fontes secundárias representadas por Censos Agropecuários e Demográficos e tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1985, bibliografia de caráter histórico e físico-geográfico, cartas topográficas, fotografias aéreas e imagens de satélite.

Além destas, realizou-se trabalho de campo nos três municípios, na intenção de coletar informações junto aos produtores rurais, selecionados numa amostra não probabilística que privilegiou propriedades menores que 50 ha, nas quais foram identificadas as características já mencionadas.

Foram realizadas cerca de 300 entrevistas. A aferição dos resultados destas entrevistas demonstrou a inconsistência dos dados de algumas delas, tendo sido aproveitadas, para fins deste trabalho, 225, cuja distribuição espacial se deu de forma regular pelos três municípios.

Estas entrevistas cobrem cerca de 8 por cento do conjunto de propriedades com menos de 50 ha e cerca de 7,5 por cento do total dos imóveis rurais dos três municípios e foram realizadas basicamente em três sessões de campo, nos meses de julho e outubro de 1987 e janeiro de 1988.

A REGIÃO DEPRIMIDA DO ALTO PARAOPEBA: CARACTERIZAÇÃO GERAL

A chamada "região deprimida" do Alto Paraopeba identifica 13 municípios que se localizam na periferia ocidental e sul-ocidental do Quadrilátero Ferrífero, na porção central do Estado de Minas Gerais.

Dentro desta região foram selecionados os Municípios de Bonfim, Crucilândia e Rio Manso, que apresentam identidade do ponto de vista da atividade agropecuária que os individualiza no contexto regional como uma área de estagnação e atraso, com características de estrutura fundiária extremamente compartimentada, produção agropecuária incipiente, não tecnificada e basicamente voltada para a subsistência, e condições sócio-culturais muito arraigadas a um modo de vida tradicional.

Desde a metade do Século XVII a área dos atuais Municípios de Bonfim, Rio Manso e Crucilândia se caracterizava como área de passagem dos primeiros bandeirantes que adentravam o sertão mineiro para o apresamento de indígenas e busca de pedras preciosas.

A descoberta de ouro no vale do rio das Velhas e posteriormente na região de Ouro Preto fez incrementar a entrada de novos povoadores, influenciando decisivamente no povoamento e ocupação do Alto Paraopeba. Porém, estas explorações auríferas foram efêmeras e, tão rapidamente quanto induziram a ocupação do espaço, propiciaram o esvaziamento da área com o deslocamento da população para os garimpos mais promissores do Quadrilátero Ferrífero.

À medida que as lavras do Paraopeba escasseavam e aumentava a produção de ouro na região de Ouro Preto, o redirecionamento do fluxo migratório e de comércio se fez em direção ao Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a trilha para São Paulo viu diminuir o tráfego das tropas e dos ocupantes primitivos. As fazendas do vale e os "currais" tiveram sua importância diminuída, restando-lhes apenas o papel de provedoras de alimentos à área mineradora.

No início do Século XX, por volta das décadas de 20 ou 30, o vale e, em particular, o Município de Bonfim, retomou o desenvolvimento com a chegada do ramal ferroviário da Central do Brasil, bem como com a construção da ligação rodoviária entre Belo Horizonte e São Paulo.

Na metade da década de 50, com a construção da Rodovia Fernão Dias (BR 381), redirecionava-se o fluxo de transportes regionais, ficando a área do Alto Paraopeba à margem da via de circulação principal.

A área já estigmatizada retorna a uma situação de desestímulo que, concretizando-se em nova crise econômica, reduz a produção agrícola, estagna o crescimento populacional e favorece a migração rural-urbana em direção à capital e aos centros médios mais desenvolvidos da área.

Analisados os dados dos Censos das últimas três décadas, verifica-se uma diminuição do contingente populacional rural desproporcional ao crescimento muito pequeno dos centros urbanos dos três municí-

pios, o que significa migração para fora da região. Na dinâmica migratória é pouco expressivo o direcionamento rural-urbano intramunicipal, o que expressa a fragilidade da economia urbana local como catalisadora do êxodo rural. As cidades têm apenas função de residência para grande parte dos proprietários rurais e dos trabalhadores diaristas, o que faz destes municípios zonas de depressão populacional com densidades médias decrescentes (21,48 habitantes por quilômetro quadrado em 1960 para 15,73 em 1980).

A concentração de habitantes no meio rural é de percentuais da ordem de 67,7 — 62,92 e 82,56, respectivamente, para Bonfim, Crucilândia e Rio Manso. Esta distribuição populacional reflete-se, também, na força de trabalho que se concentra primordialmente no setor agrícola. Em 1980, do total de 10 931 habitantes dos três municípios, 55,49 por cento estavam ocupados em atividades agrícolas, dos quais 13,8 por cento eram menores de 14 anos e 3,27 por cento do sexo feminino, quase todos concentrados em estabelecimentos explorados pelo responsável e membros da família, o que demonstra a importância do trabalho familiar nesta área.

Como se pode esperar, o nível de instrução formal dessas populações é muito baixo, o que se reflete no manejo agrícola, dificultando, por uma barreira de ordem cultural (além de outras), a difusão e adoção de inovações.

As condições de vida material destas populações são restritas ao mínimo indispensável, porém a maior parte possui casas em alvenaria, como média de cinco cômodos, alojadas nos fundos dos vales, num tipo de povoamento disperso-secundário em que as moradias distam em média dois quilômetros umas das outras, dada a pequena extensão das propriedades.

A atividade agrícola é a principal atividade econômica da área, concorrendo com mais de 70 por cento da renda dos municípios envolvidos.

No que se refere às categorias de utilização da terra, constata-se que a maior proporção do espaço se organiza em função das pastagens que perfazem em todos os municípios sempre mais de 70 por cento das terras agrícolas. Esta predominância po-

de ser explicada pelo processo histórico de formação do território, aliado às restrições impostas por um meio natural marcado por uma paisagem de relevos fortemente inclinados (em média superiores a 30 por cento) resultantes da dissecação fluvial, em clima úmido, de rochas pré-cambrianas, com altimetria média superior a 1000 metros.

Sobre essas características do meio natural, a quase inexistência de investimentos resultou na implementação de uma pecuária extensiva com aproveitamento da vegetação de cerrados e campos naturais que crescem nos solos pobres, ácidos e pouco profundos que predominam na área. A densidade média de ocupação das pastagens é de 1,04 cabeça por hectare, que, embora maior que a média estadual, é extremamente baixa se considerar-se a especialização leiteira da área.

As várzeas, com solos melhores, com maiores teores de matéria orgânica, são aproveitadas para o cultivo de lavouras temporárias que garantem a subsistência e o pequeno excedente comercializável da economia regional carente de capitais para investimento na melhoria dos tratamentos culturais. O milho, o feijão, o cará, a batata-doce, o inhame e a mandioca são os principais produtos desta agricultura.

Assim, esta atividade marcadamente extensiva é grandemente dependente das condições naturais, das quais se destaca o clima que, num certo sentido, determina o calendário agrícola da área, em função da sucessão de duas estações típicas — verão chuvoso e inverno seco, com possibilidade de ocorrência de geadas.

A atividade agropecuária, assim colocada, se desenvolve sobre um espaço agrário que ocupava, em 1980, pouco mais de 50 por cento das superfícies municipais. Esta discrepância entre a área recenseada dos estabelecimentos e as superfícies municipais totais se deve, principalmente, ao elevado número de estabelecimentos não legitimados em decorrência de pendências judiciais em processos sucessórios. Outro motivo é a existência de terras públicas resultantes da desapropriação de inúmeros imóveis em Bonfim e Rio Manso, para a construção do reservatório Rio Manso para abastecimento de água à capital mineira e aos municípios a jusante, que virá inundar mais de

16 000 ha nos referidos municípios. Um terceiro motivo pode ser apontado como sendo o fato de que as propriedades mais antigas e tradicionais da área, geralmente, têm escrituras que contabilizam áreas inferiores às realmente ocupadas.

A estrutura fundiária destes municípios tem-se compartimentado ao longo do tempo, resultando numa situação em que prevalece o minifúndio. Graças a esse fato, a concentração fundiária é pouco intensa quando comparada com os dados nacionais. O Índice de Gini nos três municípios é menor que 0,50, demonstrando uma tendência estável entre 1970 e 1980.

Embora nem sempre com escritura definitiva de posse e domínio, mais de 80 por cento dos estabelecimentos dos três municípios são propriedade dos produtores, que os valorizam diretamente. O arrendamento aparece com pequena importância na área e está geralmente ligado à complementação de áreas de pastagem ou à horticultura, principalmente em Bonfim.

Condições naturais restritas, escassez de capitais, estigma pejorativo e estrutura fundiária ultra parcelada podem então ser considerados os pontos-chave no entendimento da estrutura sócio-econômica da área em estudo.

A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO VALE DO PARAÓPEBA

Considerando o tipo de organização da propriedade camponesa, segundo as propostas teóricas adotadas, procura-se, nesta parte, tratar da questão da produção agrícola nos três municípios escolhidos para estudo de caso, tendo por base os mecanismos que fundamentam o trabalho familiar.

Uma das questões básicas que se coloca para o produtor familiar é aquela relacionada ao acesso à terra, de fundamental importância num país capitalista. No Alto Paraopeba, este acesso se faz por compra ou herança, predominando esta última forma.

O meio de acesso à terra por herança é, em grande parte, o responsável pelo acelerado processo de minifundização que ocorre na área. A aquisição de propriedades por compra é mais significativa nos estratos de

maior tamanho e pode ser interpretada como uma das formas de inserção de capitais externos na área.

Pode-se constatar na pesquisa direta que proprietários de porções pequenas de espaço, mesmo considerando as restrições das condições econômicas, chegam a adquirir novos lotes de terra em um momento de desenvolvimento familiar em que os filhos se tornam força de trabalho. Além de otimizar a utilização da mão-de-obra disponível, tem como ponto favorável o equilíbrio na relação "braços e bocas" que permite a geração de economias que podem ser aplicadas na compra de terras. Este fato é relativamente comum nas áreas de várzeas onde predomina o cultivo de alho, batata-doce e outros produtos comerciais, nas quais é mais alta a taxa de ocupação da terra com cultivos e mais freqüente a rotação de cultivos.

A organização do espaço agrícola nas propriedades amostradas está relacionada às condições culturais de seus habitantes. Dentre estas, destaca-se o comportamento temeroso e desconfiado quanto à introdução de inovações, cuja adoção depende grandemente do "efeito demonstração" resultante de seu emprego por um vizinho. A relutância na adoção de novos produtos ou novas formas de manejo é tão grande que o mesmo indivíduo, trabalhando para si e para um patrão, adota em cada situação um procedimento diferente.

Apesar da relativa precariedade com que os rebanhos são criados e manejados, é preciso ressaltar a importância que representam para as famílias camponesas como capital (o primeiro de que se desfazem em momentos de crise) e como fonte de renda, já que a pequena produção de leite obtida é vendida às Cooperativas da região e algum gado de corte abastece os açougues das sedes dos municípios.

Os espaços utilizados com cultivos dividem-se entre as finalidades de subsistência familiar (autoconsumo) e mercadorias (como o alho, a batata-doce, o cará e o inhame) que são levadas ao mercado através de intermediários. As propriedades de menor tamanho são aquelas onde estes cultivos anuais aparecem com maior destaque relativo, já que a escassez de terra e abundância de mão-de-obra indicam a in-

tensificação do uso, tanto no sentido de prover o sustento da família quanto no da absorção da força de trabalho disponível.

O aumento do tamanho da propriedade é acompanhado de perto pela perda da importância relativa dos cultivos em favor das áreas de pastagens e da pecuária. Este fato se revela nas taxas de ocupação do espaço agricultável que permitem constatar que as menores propriedades têm os maiores índices de ocupação do espaço, em face da necessidade de utilização máxima do pouco espaço disponível. Deve ser lembrado, também, que os baixos níveis de ocupação, além da deficiência de capitais para investimento, têm a ver com as restrições impostas pelo relevo fortemente inclinado.

A escolha dos cultivos a serem plantados tem uma ligação importante com o tamanho da família e com o tamanho da terra. De maneira geral, pode-se dizer que famílias numerosas com pouca terra tendem a se dedicar a cultivos altamente exigentes em mão-de-obra, porém de ciclo curto, de molde a aproveitar ao máximo o parco espaço de que dispõem e utilizar ao máximo a disponibilidade de trabalho familiar.

Sendo produto básico tanto para a alimentação da família quanto para apoio à pecuária, o milho é a lavoura mais importante na área. São considerados cultivos de subsistência o arroz, o feijão e a mandioca, consumidos quase totalmente na própria propriedade. A batata-doce, o cará e o alho destinam-se quase que exclusivamente ao mercado e são aqueles que recebem maiores cuidados do produtor, sendo cultivados em sistema de rotação, com alguma tecnologia, como é o caso da irrigação.

A cana desempenha tripla função na economia camponesa. Ao mesmo tempo que serve de complemento alimentar para o gado, abastece a família de melado, rapadura e aguardente e é comercializada tanto *in natura*, com os pequenos alambiques, quanto sob a forma de subprodutos, gerando renda monetária para o produtor familiar.

Dado os tipos de produtos eleitos pela economia camponesa da área, o sistema de cultivo é bastante tradicional, no geral.

Os produtos comerciais, adotados por contágio a partir do efeito demonstração exercido pelo sucesso de alguns, são alvo

de alguma atenção quanto aos tratamentos culturais, propiciada pela oportunidade da geração de capital excedente em períodos de maior produtividade ou de preços favoráveis. Estas atenções podem ser resumidas em irrigação, adubação mais constante, rotação de cultivos e correção do solo com calagem.

Os níveis de produtividade, nas condições de manejo adotadas, são muito baixos e variáveis tanto entre produtos quanto entre estratos de área. Os cultivos de subsistência são mais produtivos no estrato de 10 a 20 ha, enquanto os produtos comerciais produzem mais em estratos de maior tamanho. A batata-doce foge à regra tendo produtividades semelhantes nos quatro estratos.

A composição da mão-de-obra no Alto Paraopeba é formada predominantemente pela família, podendo, eventualmente, contar com assalariados temporários e permanentes.

Verifica-se aí a predominância maciça dos homens maiores de 14 anos, principalmente nos estratos de maior tamanho. É interessante notar que nas menores propriedades existe um maior equilíbrio de participação dos membros da família, utilizando-se toda a força de trabalho disponível, inclusive das crianças. Tal fato se explica pela alta taxa de ocupação do espaço por cultivos anuais que demandam grande contingente de mão-de-obra, como é o caso do alho, do feijão e do arroz, que requerem no mínimo, duas câmpinas por safra, ou da batata-doce ou do cará que necessitam de muita mão-de-obra quando da colheita e embalagem. Isto resulta em alta intensidade de mão-de-obra, tanto por hectare de propriedade quanto por hectare de lavoura anual.

A participação da mão-de-obra feminina é relativamente importante na área e é representada pelas mulheres e filhas maiores dos proprietários. A baixa participação de meninas menores de 14 anos no trabalho do campo se deve ao fato de que estas ficam em casa substituindo a mãe e as irmãs mais velhas no trabalho doméstico e no cuidado dos irmãos mais novos.

Além do trabalho na lavoura, a maior parte das mulheres dedica-se ao artesanato de tear, tradicional na região, como uma opção de complementação da renda familiar. As

cobertas de algodão tecidas por elas são vendidas, na própria propriedade, a compradores eventuais ou a intermediários que as revendem às margens da Rodovia Fernão Dias com altos lucros. Alguns pequenos proprietários, percebendo a possibilidade desse lucro, passaram a vender, eles mesmos, a produção de sua família na rodovia, tendo alguns, mesmo, abandonado a atividade agropecuária como fonte de renda.

Outra fonte de renda importante é o fabrico de rapadura e aguardente. De um lado, gera renda para o dono do engenho ou alambique que fabrica e comercializa parte da produção, de outro, gera renda para o pequeno produtor que vende a cana aos engenhos ou troca cana por rapadura para o consumo familiar.

A alta disponibilidade da mão-de-obra, principalmente nas menores propriedades, viabiliza o florescimento de um assalariamento temporário pouco significativo, representado pelo trabalho de proprietários de glebas exíguas e seus familiares, em propriedades maiores, onde participam do plantio de cultivos anuais e limpeza dos pastos.

A exigüidade da terra faz com que, mesmo com todas estas estratégias, seja problemática a manutenção de todos os membros da família na propriedade. A partir dos 14 anos, muitos jovens do sexo masculino migram para a Grande Belo Horizonte de onde continuam a contribuir para com a renda familiar enviando mensalmente algum dinheiro.

Provavelmente seja este o princípio do processo de descamponeização do Alto Paraopeba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção familiar do Alto Paraopeba conserva características de tradicionalismo que decorrem, principalmente, do relativo isolamento em que se encontra a área, tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista social.

A ausência de atrativos econômicos que justificassem, até hoje, um maior investimento de capital, já que o retorno nesta

área é duvidoso, mantiveram-na à margem da economia regional.

As estratégias de permanência utilizadas pelos produtores familiares da área, embora de certa eficiência até hoje, parecem estar se tornando mais frágeis à medida que fatos novos mudam a percepção que os próprios residentes têm da área.

Assim, a entrada na área de "forasteiros" com modos diferenciados de manejo da agropecuária, a "autoridade" que representam pelo fato de terem um padrão cultural "superior" e origem urbana, o efeito demonstração positivo que seu sucesso representa, tem introduzido inovações que após alguma relutância são adotadas pelos locais.

A construção de uma destilaria de álcool no Município de Crucilândia introduz não só a cana-de-açúcar como cultivo comercial, mas também movimentos de concentração de terras, quer pela dinâmica do comércio, quer pelo processo de arrendamentos que já começa a aparecer.

O projeto de retificação do traçado da Rodovia Fernão Dias, passando exatamente pelos vales da área atualmente ocupados pelos pequenos produtores, deverá trazer substancial valorização do preço das terras pela melhoria de acessibilidade a Belo Horizonte.

Além desses projetos, deve-se destacar a proposta de construção de uma barragem no rio Manso, para formação de um reservatório para abastecimento de água a Belo Horizonte, que inundará grande extensão de terras voltadas para a produção familiar.

Assim, pode-se prever para um futuro muito próximo grandes transformações na área, principalmente no sentido de desalojar os proprietários tradicionais, mas também no sentido de introduzir mudanças que tenderão a transformar o processo de produção, a cultura e a sociedade local.

Dado o momento importante por que passa a área, quando o espaço passa a ser organizado pela lógica do grande capital, seria fundamental que o estado, caso não esteja articulado aos interesses deste grande capital, interviesse na área viabilizando "saídas" para a população local sob a forma de planos agrícolas que incentivem a produção de produtos intensivos em mão-de-obra, co-

mo é o caso dos hortifrutigranjeiros, tanto para o abastecimento da capital quanto para a exportação.

A melhoria da pecuária, com a introdução de gado de raças mais produtivas, além da informação e apoio para a melhoria do trato dos animais, poderia transformar a área em bacia leiteira importante, aproveitando de

maneira mais adequada o meio natural restritivo.

Em suma, novas e variadas perspectivas se apresentam para a região deprimida do Alto Paraopeba. Continuar a ser deprimida depende em grande parte do partido que será tomado pelo estado na reorganização do espaço e da produção.

BIBLIOGRAFIA

- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina, Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CHONCHOL, J. Paysans a venir — les sociétés rurales du Tiers Monde, Paris, La Decouverte, 1986.
- GERARDI, L. H. O. Norte e sul — dois estudos de campesinato, *Revista Brasileira de Geografia*, 52 (1), Rio de Janeiro, IBGE, 1990 (no prelo).
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, Trabalho e Dominação — Estudos CEBRAP, 26: 43-80, Petrópolis, Vozes, 1980.
- TEPICHT, J. Marxisme et agriculture: Le Paysan Polonais, Armand Colin, Paris, 1973.
- WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital, Cadernos de Difusão de Tecnologia, 2 (21): 13-78, Brasília, jan./abr., 1985.

RESUMO

O campesinato e sua expressão espacial e sócio-econômica são o objeto deste trabalho. Três municípios do Estado de Minas Gerais (Crucilândia, Rio Manso e Bonfim) foram escolhidos como estudo de caso. Pesquisa direta, entrevistando cerca de 250 camponeses foi a fonte das informações que foram analisadas segundo o ponto de vista teórico de A.V. Chayanov, J. Tepicht e T. Shanin. Os autores concluíram que a resistência do campesinato é resultado de muitos fatores, dos quais o mais importante é a capacidade de internalização e transformação das regras do modo de produção capitalista pelo camponês. Fatos recentes, reforçados por políticas governamentais, estão prestes a reorganizar o espaço e a produção dando, talvez, oportunidade de desintegração e conseqüente transformação do campesinato na área.

Termos para indexação: campesinato, transformações agrárias, teoria de Chayanov, Minas Gerais.

ABSTRACT

The peasantry and its spatial and socio-economic expression are the subject of this paper. Three municipalities of the state of Minas Gerais (Bonfim, Crucilândia and Rio Manso) were selected as study cases. The direct search, interviewing about 250 peasants was the source of information that were analysed according to the theoretical reference stated by Chayanov, Tepicht and Shanin. The authors concluded that the resistance of peasant people is a result of many factors, the most important of that is the peasant capability to internalize and transform the rules of capitalist system. Recent facts, reinforced by government policies, are going to re-organize the space and production and maybe giving the opportunity to the disintegration and consequent transformation of the peasantry in the area.

Index Terms: peasantry, agrarian transformation, Chayanov's Theory, Minas Gerais.